



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-asmbleia

ANO LXX

FLORIANÓPOLIS, 6 DE OUTUBRO DE 2021

NÚMERO 7.950

MESA

Mauro de Nadal
PRESIDENTE

Nilso Berlanda
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldisserra
(Licenciado)
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer
Vice-Líder:

BLOCO PARLAMENTAR MDB/NOVO

Lideranças dos Partidos
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Silvio Dreveck Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/PR

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PDT PSDB PR
Dr. Vicente Caropreso
Sérgio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES PT

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO SOCIAL LIBERAL PSL

Líder: Ana Campagnolo

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Ivan Natz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz
Paulinha
José Milton Scheffer
João Amin

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Maurício Eskudlark - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Milton Hobus

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber
Neodi Saretta
Dirce Heiderscheidt
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Marcius Machado
Luciane Carminatti
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Jerry Comper
Bruno Souza
Sargento Lima
Jessé Lopes
Marlene Fengler
Julio Garcia
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Volnei Weber
Floriano
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Luciane Carminatti
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Moacir Sopelsa
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Paulinha - Presidente em exercício
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus
Ana Campagnolo
Floriano

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Silvio Dreveck

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Maurício Eskudlark
Jair Miotto
José Milton Scheffer

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Dirce Heiderscheidt
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Luciane Carminatti
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Silvio Dreveck

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 20 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>ATAS..... 2</p> <p>ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES 2</p> <p>ATOS INTERNOS 14</p> <p>ATOS DA MESA 14</p> <p>PORTARIAS 15</p> <p>REQUERIMENTOS E OFÍCIOS 18</p> <p>REQUERIMENTOS 18</p> <p>OFÍCIOS 19</p> <p>REDAÇÃO E RELATÓRIOS 19</p> <p>REDAÇÃO FINAL 19</p> <p>EDITAIS, LICITAÇÕES E CONTRATOS..... 20</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO 20</p>
---	--	---

A T A S

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob a presidência do senhor Deputado Jair Miotto, os deputados membros da Comissão: Deputado João Amin, Deputado Bruno Souza, Deputado Ivan Naatz e Deputada Luciane Carminatti. A deputada Ada Faraco de Luca justificou sua ausência conforme Ofício s/n. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente abriu a reunião submetendo à apreciação as Atas da 7ª e 8ª Reuniões Ordinárias, que foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, passou à leitura da sinopse de correspondência e outros documentos recebidos: Ofício nº 86/2021/LCO/CAV, da Câmara de Vereadores de Otacílio Costa, datado de 22 de junho de 2021, que solicita apoio e intervenção no sentido de requerer aos órgãos competentes que seja feita a extensão dos fios de fibra ótica até a comunidade de Águas Paradas; o senhor Presidente sugeriu o encaminhamento de ofício em nome da Comissão aos órgãos competentes, o que foi aprovado por unanimidade. Moção de Apelo nº 19/2021, da Câmara de Vereadores de Otacílio Costa, que tem por finalidade solicitar

ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Deputado Mauro de Nadal, intervenção e apoio junto às empresas de telefonia móvel (Oi, Tim e Claro) visando solucionar problemas e instabilidades no sinal das redes móveis no município de Otacílio Costa; com a ponderação de não se tratar de órgão estadual, o senhor Presidente sugeriu o envio de ofício em nome da Comissão apoiando a demanda dos vereadores do município, o que foi aprovado por unanimidade. Ofício nº 365/2021, da Câmara Municipal de Xanxerê, datada de 6 de julho de 2021, que encaminha a Moção de Apelo nº 55/2021, que apela ao Governador do Estado de Santa Catarina, ao Presidente da Celesc e ao Secretário de Estado da Agricultura de Santa Catarina, para autorizar o Estado de Santa Catarina, através de Lei ou Decreto, que o Programa Celesc Rural destine recursos para a Distribuidora DCELT aplicar na melhoria da rede de transmissão de energia no meio rural de Xanxerê; o senhor Presidente sugeriu encaminhamento de ofício em nome da Comissão ao Governador do Estado, ao Presidente da Celesc e ao Secretário de Estado da Agricultura, o que foi aprovado por unanimidade. Para ciência, apresentou a Carta FIESC/GEF nº 25871/21, datada de 14 de julho de 2021, que pede atenção para a situação do suprimento de gás natural em Santa Catarina e o Ofício nº 290/2021/SIM/ANP-RJ, datado de 6 de agosto de 2021, em que a Superintendência de Infraestrutura e Movimentação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis responde ofício desta Casa a respeito da Carta FIESC/GEF nº 25871/21, que solicita aumento da quantidade de insumo energético disponibilizada para o Estado. Ainda, o senhor Presidente leu extrapauta a denúncia encaminhada à Ouvidoria desta Casa Legislativa, referente a instalação de uma subestação da Celesc no Bairros Boa Vista no município de Joinville; solicitou o envio de um ofício ao Presidente da CELESC em nome da Comissão, o que foi aprovado por unanimidade. Dando início à ordem do dia, o senhor Presidente apresentou Requerimento, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que solicita a realização de audiência pública a fim de debater a necessidade de revisão da Lei Estadual 18.099/21, que proíbe a cobrança de taxa para remarcação de eventos em decorrência da crise da COVID-19; posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza devolveu vista ao PL./0315.6/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que altera a Lei nº 16.583, de 2015, que "Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos no Estado de Santa Catarina"; apresentou requerimento de diligência à Associação Brasileira de Indústrias Ópticas - Abióptica, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor presidente relatou o PL./0136.5/2021, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que altera a Lei nº 10.501, de 1997, que "Dispõe sobre normas de segurança para o funcionamento de estabelecimentos financeiros e dá outras providências", para o fim de dispor sobre a instalação de portas eletrônicas de segurança individualizada (PESI), nos estabelecimentos que menciona; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado João Amin relatou o PL./0081.7/2021, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que dispõe sobre o dever de as locadoras de automóveis disponibilizarem veículo adaptado para condutor que seja pessoa com deficiência física e/ou mobilidade reduzida, no âmbito do Estado de Santa Catarina; exarou parecer favorável, nos termos da emenda modificativa aprovada na Comissão de Constituição e Justiça que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Bruno Souza. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de Reunião das Comissões, 1º de setembro de 2021.

Deputado **Jair Miotto**

Presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia

Processo SEI 21.0.000017938-5

———— * * * ————

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos do dia oito de setembro de dois mil e vinte um, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis, os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Deputado Bruno Souza, Deputado Julio Garcia, Deputado Jessé Lopes que integra a comissão conforme Ato da Presidência nº 044-DL-2021, Deputada Luciane Carminatti, Deputado Sargento Lima e Deputado Silvio Dreveck. Em razão de licença médica o Deputado Milton Hobus substituiu a Deputada Marlene Fengler, conforme Ofício nº 219/2021. O Deputado Jerry Comper justificou a ausência conforme Ofício nº 110/2021. Abertos os trabalhos, o senhor Presidente colocou em discussão e votação as atas da 22ª Reunião Ordinária da Audiência Pública da Comissão de Finanças e Tributação para cumprimento do disposto no parágrafo 4º, do Artigo 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, realizada dia 25 de agosto, que foram aprovadas por unanimidade. Passando à ordem do dia, o Deputado Bruno Souza apresentou requerimento de Audiência Pública, com objetivo de discutir a saúde fiscal do Estado de Santa Catarina. Posto em discussão e votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. O Deputado Dr. Vicente Caropreso apresentou requerimento para o desapensamento do PL./133.2/2021 do PL./0049.7/2021. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: O Deputado Bruno Souza retirou de pauta o PL./0151.4/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que institui a Política Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Bambu em Santa Catarina. O Deputado Bruno Souza devolveu vista sem manifestação ao PL./0240.4/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que dispõe sobre a inclusão dos empregados em empresas de segurança e vigilância, empresas prestadoras de serviço, asseio e conservação e de transportes de valores, como grupo de prioridade no Plano Estadual de Vacinação contra o vírus Sars-CoV-2, no Estado de Santa Catarina, o senhor Presidente colocou em discussão o parecer favorável do Deputado Sargento Lima, relator do projeto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza apresentou voto vista favorável ao PL./0002.3/2021, de autoria da Bancada do PT, que inclui os(as) os(as) trabalhadores(as) como grupo prioritário do plano estadual de vacinação contra a COVID-19, antes do início das aulas presenciais em todo o Território do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências, nos termos da subemenda modificativa e emenda supressiva global. Posta em discussão, a matéria foi devolvida ao Deputado Julio Garcia para manifestação em parecer complementar. O Deputado Julio Garcia relatou o PL./0145.6/2021, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que dispõe sobre o Programa Time da Defesa, de ação interdisciplinar, com o objetivo de prevenir e refutar qualquer tipo de violência escolar e doméstica, abuso sexual e o uso de drogas nas escolas estaduais da rede pública e adota outras providências. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Julio Garcia retirou de pauta o PL./0338.2/2017, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicleta e cria o Programa Bicicleta em Santa Catarina, e adota outras providências. O Deputado Julio Garcia relatou o PL./0328.0/2021, de autoria do Governo do Estado, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. Seu parecer foi favorável ao projeto que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com votos contrários do Deputado Bruno Souza e Deputado Jessé Lopes. O Deputado Julio Garcia relatou o PL./0329.1/2021, de autoria do Governo do Estado, que altera o art. 1º da Lei nº 18.131, de 2021, que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e adota outras providências. Seu parecer foi favorável ao projeto com emenda aditiva, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com votos contrário do Deputado Bruno Souza e Deputado Jessé Lopes. O Deputado Milton Hobus apresentou o parecer da Deputada Marlene Fengler ao PL./0296.9/2021, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Ascurra. O parecer foi favorável ao projeto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane

Carminatti relatou o PL./0324.7/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre os centros de saúde estética no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Seu parecer foi favorável ao projeto, com aprovação de emenda supressiva, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Bruno Souza e Jessé Lopes. O Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0107.0/2020, de autoria do Deputado Ulisses Gabriel, que dispõe sobre a concessão de benefícios financeiros e fiscais no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. Seu parecer foi favorável, com aprovação de emenda supressiva ao projeto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. O Deputado Sargento Lima relatou o PL./0299.1/2021, de autoria do Governo do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Tubarão. Seu parecer foi favorável ao projeto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que após ser lida e aprovada pelos membros da Comissão, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2021.

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

— * * * —

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS PELO SISTEMA SDD.

Aos quatorze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se pelo sistema de videoconferência, sob a Presidência do Senhor Presidente Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Paulinha, Deputada Ana Campagnolo, Deputado Nazareno Martins como substituto do Deputado João Amin, conforme ofício nº 007/2021, e Deputado Sílvio Dreveck como substituto do Deputado José Milton Scheffer, conforme ofício nº 008/2021. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 24ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente comunicou que por decisão da maioria dos membros desta comissão, a partir da próxima semana, as reuniões ocorrerão de forma presencial. Logo após, iniciando à Ordem do Dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado Nazareno Martins que relatou a seguinte matéria: OF./0092.6/2021, de autoria de Entidade Social, que “Solicita a alteração do endereço da Organização para o Movimento e o Desporto Adaptado (OMDA), com sede no Município de Florianópolis”. Apresentou requerimento de diligência à Organização para o Movimento e o Desporto Amador – OMDA, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi cedida a palavra a Deputada Paulinha, que relatou as seguintes matérias: PL./0305.4/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Altera a Lei nº 17.292, de 2017, que “Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”. Apresentou requerimento de diligência à Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, à Federação das APAES DE Santa Catarina, à Associação Catarinense de Autismo – ASCA e a Procuradoria Geral do Estado – PGE, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0322.5/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “Dispõe sobre o direito da gestante com deficiência visual residente no Estado de Santa Catarina ao atendimento pré-natal humanizado, por meio do acesso a imagens do ultrassom do feto em 3D, e adota outras providências”. Exarou parecer favorável com emenda supressiva, que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete a Deputada Ana Campagnolo; PL./0235.7/2021, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “Altera o Anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que “Consolida as Leis que dispõe sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir o Dia Estadual da Legítima Defesa”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão foi concedida vista em

gabinete ao Deputado Fabiano da Luz. Seguidamente, foi passada a palavra a Deputada Ana Campagnolo, que relatou as seguintes matérias: PL./0263.0/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Institui o Registro Geral de Caninos e Felinos Domésticos do Estado de Santa Catarina e o controle de zoonoses”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0186.4/2021, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que “Institui o Fundo Estadual de Proteção e Bem-Estar Animal (Fepeban), no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete a Deputada Paulinha; PL./0046.4/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Dispõe sobre acordo de cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina, Municípios e as Associações de Municípios para a prestação de serviços voltados à elaboração de projetos básicos de engenharia”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; PL./0025.0/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o banco comunitário de cadeiras de rodas e instrumentos similares e adota outras providências”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC/0010.9/2020, de autoria do Deputado Paulo Roberto Eccel, que “Altera a Lei Complementar nº 587, de 2013, que “Dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, o Deputado Maurício Eskudlark relatou as seguintes matérias: PL./0032.9/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que “Dispõe sobre o uso do nome afetivo de crianças e adolescentes, sob guarda provisória concedida em processo de adoção, nos cadastros das instituições de ensino, de saúde e de cultura e lazer, no período que antecede a extinção do poder familiar originário”. Exarou parecer favorável nos termos da emenda modificativa, que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete ao Deputado Fabiano da Luz; PL./0320.3/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que “Denomina Edgard Maluta o elevado na interseção entre a BR-280 e a SC-108, no Município de Guarimir”. Apresentou requerimento de diligência interna ao Gabinete do Deputado Vicente Caropreso para que providencie a juntada dos documentos faltantes, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0194.4/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Institui o mês “Maio Laranja” de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0169.3/2019, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças portadoras de deficiência em locais públicos e privados de lazer estabelecidos no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global apresentada nesta comissão e rejeitou a subemenda substitutiva global apresentada pelo Deputado Jair Miotto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado Fabiano Da Luz relatou as seguintes matérias: PEC/0006.4/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba e outro(s), que “Acrescenta o §14 ao art. 120 da Constituição Estadual de 1989”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0018.0/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Cria o programa de capacitação de agentes comunitárias de saúde para realização de acolhimento a vítimas de violência doméstica do Estado de Santa Catarina, denominado “Capacitando Quem Acolhe” e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; PL./0078.1/2021, de autoria do Deputado Ricardo Alba, que “Dispõe sobre o registro da data da contratação do serviço nas faturas de prestação dos serviços de fornecimento de água e energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0273.2/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispõe sobre a salvaguarda e incentivo da capoeira e cria cargo de Professor de Capoeira na rede pública estadual de ensino do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Secretaria Estadual de Educação e a Procuradoria Geral de Estado – PGE, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi cedida à palavra ao Deputado Valdir Cobalchini que relatou as seguintes matérias: PL./0109.2/2021, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, que “Altera a Lei nº 16.402, de 2014, para

implementar o abastecimento do veículo por meio de identificação eletrônica e validação da autenticidade do selo de GNV”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0243.7/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS, à Procuradoria Geral do Estado – PGE, e a Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ademais, foi passada a palavra ao Deputado Silvio Dreveck que relatou as seguintes matérias: PL./0316.7/2021, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Dispõe sobre o programa de bolsa de manutenção aos estudantes do ensino médio das escolas estaduais de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Educação – SED, e a Secretaria de Estado da Fazenda – SEF, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0117.2/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que “Institui a Campanha Idosos Órfãos de Filhos Vivos para a orientação e conscientização sobre o cuidado aos idosos e as consequências de seu abandono no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PSA/0002.8/2021, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Susta dispositivo do Decreto nº 1.408, de 11 de agosto de 2021, que “Dispõe sobre as atividades essenciais da Educação e regulamentam as atividades presenciais nas unidades das Redes Públicas e Privadas relacionadas à Educação Infantil, Ensino Fundamental, Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Técnico, Ensino Superiores e afins, durante a pandemia de COVID-19”. Dentro deste projeto foi apensado o PSA/0003.9/2021 e PSA/0004.0/2021. Exarou parecer favorável pela abertura do prazo de dez dias, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo foi passado à palavra ao Deputado Moacir Sopelsa que relatou as seguintes matérias: PRS/0003.4/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Institui o espaço “Sala dos Prefeitos e Vereadores” na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PEC/0003.1/2021, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera e outro(s), que “Acrescenta o inciso VIII ao art. 85 da Constituição do Estado de Santa Catarina, atribuindo legitimidade ao Defensor Público-Geral Estadual para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedido vista em gabinete ao Deputado José Milton Scheffer; PL./0036.2/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de conter etiquetas em Braille e com códigos “QR Code” nas peças de vestuário fabricadas e comercializadas no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Solicitou retirada de pauta, o que lhe foi concedida; PL./0126.3/2021, de autoria do Deputado Mauro de Nadal, que “Dispõe sobre o uso obrigatório de máscara de proteção facial nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina e adota outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão foi concedida vista em gabinete a Deputada Ana Campagnolo; PL./0326.9/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a doação de imóvel no Município de Videira”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar as seguintes matérias: PL./0215.3/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispõe sobre a divulgação de campanha informativa contra maus-tratos a animais nas faturas de prestação de serviços de fornecimento de água e energia elétrica, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela rejeição da matéria e pela transformação do objeto em indicação desta comissão à CASAN e a CELESC, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0248.1/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Dispõe sobre diretrizes para a instituição de política pública pelos Municípios do Estado, objetivando a prestação de serviços de telecomunicação para prover acesso à internet nas áreas rurais de seus territórios”. Exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que, posto em discussão foi concedida vista coletiva em

gabinete; PL./0327.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza a doação de imóvel no Município de Correia Pinto”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PRS/0006.7/2021, de autoria da Mesa, que “Dispõe sobre a Política de Gestão de Documentos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte um, no horário regimental, de forma presencial, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 14 setembro de 2021.

Deputado **Milton Hobus**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 21.0.000018190-8

————— * * * —————

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e vinte um, em conformidade com os arts, 133 e 136, do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Bruno Souza, Jerry Comper, Jessé Lopes, Julio Garcia, Luciane Carminatti, Marlene Fengler, Sargento Lima e Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 23ª reunião ordinária que em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente comunicou que por decisão da Mesa Diretora, a partir da próxima semana, as reuniões da Comissão de Finanças e Tributação, ocorrerá presencialmente. Em seguida, o Presidente passou a palavras aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: a Deputada Marlene Fengler relatou o PL./0203.0/2021, de autoria do Deputado Milton Hobus, que altera a Lei nº 18.096, de 2021, que institui o Programa RECOMEÇA SC, para ampliar sua abrangência a eventos com incidência incomum de pragas e doenças que atinjam a atividade agropecuária catarinense, seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto à Casa Civil para ouvir as Secretarias de Estado da Fazenda e Agricultura, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A Deputada Marlene Fengler relatou o PL./0143.4/2013, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de recreação infantil no Estado de Santa Catarina, seu parecer foi favorável ao projeto, com emenda modificativa, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Lima relatou o PL./0300.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóveis no Município de São Lourenço do Oeste, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Sargento Lima requereu o apensamento do PL./0040.9/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que acrescenta art. à Lei nº 17.066, de 2017, para dispor sobre a obrigatoriedade de publicar e manter atualizada, em página própria da internet, a relação das pessoas que se submeteram à vacinação contra o Covid-19, ao PL./0022.7/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que dispõe sobre a instituição do sistema de transparência para o rastreamento das doses e para a identificação da população vacinada no Estado de Santa Catarina, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jerry Comper relatou o PL./0301.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 3º da Lei nº 17.434, de 2017, que autoriza a doação de imóvel no Município de Ituporanga, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jerry Comper relatou o PL./0245.9/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Botuverá, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jerry Comper relatou o PL./0327.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Correia Pinto, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Jerry Comper relatou o PLC/0017.5/2021, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que altera a redação do inciso III do art. 28 da Lei Complementar nº 631, de 2014, que "Institui o Estatuto Estadual da Microempresa, da Empresa de Pequeno Porte, do Microempreendedor Individual e da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada e estabelece outras providências", seu parecer foi favorável ao projeto com emenda substitutiva global, posto em discussão foi

cedido vistas em gabinete aos Deputado Bruno Souza e Jessé Lopes. O Deputado Jerry Comper requereu ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Alesc, o apensamento do PL./0120.8/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que estabelece diretrizes para a Política de Diagnóstico e Tratamento da Depressão Pós-Parto, na rede de saúde estadual, pública e privada; e institui o Dia Estadual de Combate à Depressão Pós-Parto, ao PL./0428.3/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber, que dispõe sobre a inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à depressão, à automutilação e ao suicídio no projeto pedagógico das escolas da rede pública estadual de ensino básico e adota outras providências, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza, relatou o PL./0252.8/2021, de autoria do Deputada Paulinha, que estabelece normas para comprovação de residência no âmbito do Estado de Santa Catarina, seu parecer foi pelo diligenciamento do projeto à Procuradoria Geral do estado, Secretaria da Fazenda, Tribunal Regional Eleitoral e a Secretaria de Estado da Casa Civil, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti requereu ao Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Alesc, o apensamento do PL./0318.9/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que dispõe sobre o funcionamento das instituições privadas de educação infantil e assemelhados no âmbito do Estado de Santa Catarina, excepcionalmente durante o período da pandemia da Covid-19, para o desenvolvimento de atividades de atendimento pedagógico individualizado, atividades de cunho recreativo, esportivo, cultural e entretenimento, ao PL./0360.0/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza e outro(s), que reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Santa Catarina em tempos de calamidade pública, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0134.3/2021, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que ficam incluídos os trabalhadores da área de saneamento básico em todo o Estado de Santa Catarina, como grupo prioritário do Plano Estadual de Vacinação contra a COVID-19, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu Jessica Camargo Geraldo Chefe de Secretaria lavrei a presente Ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pela Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2021.

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA NO PLENÁRIO DEPUTADO OSNI RÉGIS.

Aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Presidente Deputado Milton Hobus, os membros da Comissão: Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Valdir Cobalchini, Deputada Ana Campagnolo, Deputado João Amin, Deputado José Milton Scheffer. Ausência justificada da Deputada Paulinha, conforme ofício nº371/2021. Havendo quórum regimental, o Presidente iniciou a reunião submetendo à apreciação a Ata da 25ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando início a ordem do dia, o Presidente passou a palavra ao Deputado Fabiano da Luz que relatou as seguintes matérias: PL./0311.2/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Estabelece, nos termos do art. 5º, LV, da Constituição Federal, e dos arts. 12 e 18, I, da Lei federal nº 12.587, de 2012, o dever de notificação dos motoristas cadastrados pelas Operadoras de Tecnologia de Transporte Credenciadas (OTTCs) nos casos de descadastramento, suspensão ou exclusão, e adota outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade e PGE – Procuradoria Geral do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Casa Civil, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0321.4/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Proíbe a instalação, utilização, manutenção, locação, guarda ou depósito de máquinas grua de bichinhos de pelúcia ou brindes, em bares, restaurantes, postos de gasolinas e similares, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Solicitou retirada de pauta, sendo esta concedida; PL./0333.8/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Dispõe sobre o uso de nome afetivo de crianças e adolescentes sob guarda judicial provisória, nos cadastros das instituições escolares, de saúde, de cultura e lazer, durante o respectivo processo de adoção”. Apresentou parecer pelo apensamento do PL./0333.8/2021 ao PL./0032.9/2019 por se

tratarem da mesma matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista ao PL./0032.9/2019, de autoria da Deputada Paulinha, que “Dispõe sobre o uso do nome afetivo de crianças e adolescentes, sob guarda provisória concedida em processo de adoção, nos cadastros das instituições de ensino, de saúde e de cultura e lazer, no período que antecede a extinção do poder familiar originário”. Devolveu vista sem manifestação, após o apensamento do PL./0333.8/2021 ao PL./0032.9/2019, que, posto em discussão e votação o parecer do relator Deputado Maurício Eskudlark favorável a tramitação da matéria, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Deputado João Amin relatou as seguintes matérias: PL./0297.0/2021, de autoria do Governo do Estado, que “Autoriza a doação de imóvel no Município de São José”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0303.2/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Dispõe sobre a possibilidade de aplicação de dose periódica de imunizante contra a Covid-19, quando demonstrar-se necessária para a complementação ou manutenção da imunização, no Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, para que traga aos autos a manifestação da Secretaria de Estado da Saúde (SES), que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0281.2/2020, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Altera o art. 1º da Lei nº 17.938, de 2020, que “Dispõe sobre os prazos de vigência de autorizações e dos licenciamentos ambientais, no âmbito do Estado de Santa Catarina, em decorrência da decretação de calamidade pública pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19)”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0275.4/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, que “Determina às empresas locadoras de veículos estabelecidas no Estado de Santa Catarina o dever de informar ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran) sobre a existência de delitos de apropriação indébita e estelionato que envolvam veículos de sua propriedade”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0314.5/2021, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que “Dispõe sobre o acondicionamento de bicicletas nos veículos do serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil com o propósito oportunizar a manifestação do Departamento de Transportes e Terminais do Estado de Santa Catarina (DETER), vinculado à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, bem como da Procuradoria Geral do Estado - PGE), que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PSA/0001.7/2021, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que “Susta dispositivos do Decreto nº 362, de 2019, que “Regulamenta a Lei nº 17.486, de 2018, que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências”. Exarou parecer pela procedência da impugnação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ademais, foi passada a palavra a Deputada Ana Campagnolo que relatou as seguintes matérias: Devolução de vista sem manifestação ao PL./0248.1/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Dispõe sobre diretrizes para a instituição de política pública pelos Municípios do Estado, objetivando a prestação de serviços de telecomunicação para prover acesso à internet nas áreas rurais de seus territórios”. Tendo em vista que se tratava de matéria em vista coletiva, o Presidente questionou aos demais membros sobre a devolução de vista e todos devolveram sem manifestação. Assim sendo, o presidente pôs em votação do parecer favorável, exarado pelo próprio presidente, Deputado Milton Hobus, com emenda substitutiva global, o qual foi aprovado por unanimidade; PL./0317.8/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Dispõe sobre a proibição da exigência de apresentação do cartão de vacinação contra a Covid-19 para acesso a locais públicos ou privados, no âmbito do Estado de Santa Catarina”. Apresentou requerimento de diligência à Casa Civil, a Secretaria de Estado da Saúde, à Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Santa Catarina e ao Conselho Regional de Medicina, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade; PL./0211.0/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Reconhece o risco da atividade e a efetiva necessidade do porte de armas de fogo ao atirador desportivo integrante de entidades de desporto legalmente constituídas nos termos do inciso IX do art. 6º da Lei federal nº 10.826, de 2003”. Apresentou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi rejeitado pela maioria. Ato contínuo, o presidente designou o Deputado José Milton Scheffer para apresentar o voto vencedor. O próximo membro a apresentar seus pareceres foi o Deputado José Milton Scheffer, que relatou as seguintes matérias: PL./0331.6/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União em operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

(BIRD) e estabelece outras providências”. Exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista em gabinete ao Deputado João Amin; PL./0353.1/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “Concede remissão geral dos créditos tributários decorrentes da Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros (TFT), criada pela Lei nº 17.221, de 2017, constituídos durante o período em que a atividade estava suspensa em função da pandemia de COVID-19”. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0074.8/2021. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado João Amin; PL./0370.2/2020, de autoria do Deputado João Amin, que “Suspende temporariamente a cobrança de Taxa de Fiscalização de Transporte (TFT), enquanto perdurar, no Estado de Santa Catarina, o estado de calamidade declarado em decorrência da pandemia causada pela Covid-19”. Exarou parecer contrário, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade com abstenção do Deputado João Amin; Devolução de vista ao PL./0271.0/2020, de autoria da Deputada Luciane Garminatti, que “Institui o programa estadual um computador por estudante e professor na rede pública estadual de ensino”. Apresentou voto vista contrário à matéria. Posto em votação o parecer do relator Deputado João Amin, o qual tem precedência, este foi rejeitado pela maioria, sendo assim aprovado por maioria o voto vista do Deputado José Milton Scheffer pela rejeição e arquivamento da matéria. Posteriormente, o Deputado Maurício Eskudlark relatou as seguintes matérias: Devolução de vista ao PL./0087.2/2021, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que “Estabelece prioridade para vacinação contra o vírus Sars-CoV-2 no Estado de Santa Catarina”. Solicitou retirada de pauta, sendo esta concedida; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0004.5/2021, de autoria do Deputado Bruno Souza, que “Veda a exigência de preenchimento cadastral com informações já fornecidas a outros órgãos públicos”. Posto em votação o parecer favorável com emenda substitutiva global pelo relator Deputado Fabiano da Luz, o qual foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista sem manifestação ao PL./0082.8/2021, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Obriga o atendimento, no pavimento térreo de prédios públicos ou privados, de idosos, gestantes, pessoas com deficiência física, dificuldade ou restrição de locomoção, quando inexistente equipamento interno para acesso a pavimentos superiores”. Posto em votação o parecer favorável às emendas supressivas e modificativas da relatora Deputada Paulinha, este foi aprovado por unanimidade; Devolução de vista ao PL./0371.3/2019, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Garante aos consumidores o acesso a todas as informações referentes ao uso de agrotóxicos no processo de produção dos alimentos comercializados no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. Exarou voto vista contrário à matéria. Após a apresentação do voto vista do Deputado Maurício Eskudlark, o Deputado José Milton Scheffer devolveu vista sem manifestação ao projeto em tela. O presidente pôs em votação o voto precedente do relator, Deputado Kennedy Nunes, pela admissibilidade, o qual foi rejeitado por maioria. Sendo assim, aprovado por maioria o voto vista do Deputado Maurício Eskudlark pela rejeição do PL./0371.3/2019; PL./0096.3/2021, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera a Lei nº 17.902, de 2020, que “Dispõe sobre a aplicação de multa para pessoas que participem da tradição açoriana conhecida como 'Farra do Boi' em Território catarinense estabelece outras providências”, para aumentar o valor da multa aplicada aos infratores”. Apresentou parecer pela rejeição e arquivamento da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria; PL./0225.5/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que “Estabelece junto as empresas locais o Programa “Troco Solidário”, o qual tem por finalidade auxiliar financeiramente as entidades filantrópicas no Estado de Santa Catarina”. Exarou parecer pela rejeição da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0207.3/2021, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Dispõe sobre a vedação de ocupação de cargos, empregos e funções públicas que atendam público por pessoas que respondam judicialmente por crimes de natureza sexual”. Apresentou parecer favorável com emenda modificativa, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi passada a palavra ao Deputado Valdir Cocalchini que relatou as seguintes matérias: PL./0184.2/2021, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que “Altera o art. 1º da Lei nº 17.492, de 2018, que “Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”, para delimitar sua abrangência”. Exarou parecer contrário com arquivamento da matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PLC/0016.4/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Institui o Benefício Especial pela adesão patrocinada ao Regime de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (RPC-SC) e altera a Lei Complementar nº 661, de 2015”. Apresentou requerimento pela tramitação do projeto em reunião

conjunta das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho, Administração e Serviços Públicos, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, o Deputado Moacir Sopelsa relatou as seguintes matérias: PL./0332.7/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Dispõe sobre a situação funcional dos servidores titulares de cargos de provimento efetivo originários do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e estabelece outras providências”. Exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; PL./0036.2/2021, de autoria do Deputado Felipe Estevão, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de conter etiquetas em Braille e com códigos “QR Code” nas peças de vestuário fabricadas e comercializadas no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Apresentou requerimento de diligência à Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (ABIT) e ao Conselho das Federações Empresariais de Santa Catarina (COFEM), que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Após a relatoria dos demais membros, o presidente, Deputado Milton Hobus, passou a relatar a seguinte matéria: PL./0270.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que “Institui a Política Estadual de Transição Energética Justa e o Polo de Transição Energética Justa do Sul do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências”. Exarou parecer pela aprovação nos termos da emenda substitutiva global, que, posto em discussão e votação, foi concedida vista coletiva em gabinete a todos os membros da CCJ. Por fim, o Presidente convocou a próxima reunião para o dia vinte e oito de setembro de dois mil e vinte um, no horário regimental, de forma presencial, agradeceu a presença dos Deputados Membros e demais presentes, e encerrou esta reunião da qual eu, Alexandre Luiz Soares, Secretário de Comissão, lavrei a Ata que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Presidente da Comissão e publicada no Diário da Assembleia.

Plenário Deputado Osni Régis, 21 setembro de 2021.

Deputado **Milton Hobus**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Processo SEI 21.0.000018235-1

— * * * —

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Às dez horas e trinta minutos, do dia vinte e dois de setembro de dois mil e vinte um, em conformidade com os arts, 133 e 136, do Regimento Interno, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Bruno Souza, Jerry Comper, Jessé Lopes, Julio Garcia, Luciane Carminatti, Marlene Fengler, Sargento Lima e Silvio Dreveck. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente colocou em discussão a Ata da 24ª reunião ordinária que em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Presidente comentou a respeito do rito da tramitação do PLC/0016.4/2021, de autoria do Governador do Estado, que “institui o Benefício Especial pela adesão patrocinada ao Regime de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina (RPC-SC) e altera a Lei Complementar nº 661, de 2015”, já tramitado nas Comissões de Constituição e Justiça; Trabalho, Administração e Serviços Públicos, faltando tramitar nesta Comissão, o qual através de requerimento aprovado por seus membros inicia-se sua tramitação com o seguinte cronograma de tramitação: aprovação ou não dos requerimentos de tramitação conjunta nos dias vinte e um e vinte dois; abertura de prazo para apresentação de emendas ou diligências até o dia primeiro de outubro; seis de outubro, apresentação do parecer preliminar com abertura de vistas a todos os Deputados; dezenove de outubro, apresentação do parecer conclusivo com encaminhamento ao Plenário e dia vinte, votação. Após as explicações devidas, o Presidente colocou em discussão e votação o requerimento, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, o Presidente passou a palavras aos Deputados para relatarem as matérias em pauta: a Deputada Marlene Fengler relatou o PL./0110.6/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que institui a Lei Estadual do Estatuto de Liberdade Religiosa no Estado de Santa Catarina e adota outras providências, exarou parecer pela admissibilidade com emendas modificativa e supressiva, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Jessé Lopes, Bruno Souza, Luciane Carminatti e Sargento Lima. A Deputada Marlene Fengler relatou o PL./0133.2/2021, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, que dispõe sobre a inexigibilidade, temporária, da multa prescrita no art. 13, I, “a” da Lei nº 13.136, de 2004, que “dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação

de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD”, enquanto estiver em vigor, em Santa Catarina, o estado de calamidade pública declarado para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19, exarou parecer pela inadmissibilidade da matéria, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Bruno Souza. A Deputada Marlene Fengler devolveu vista sem manifestação ao PL./0250.6/2018, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca, que institui a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento de “startups” no Estado de Santa Catarina; o Presidente colocou então em discussão o parecer favorável nos termos da emenda substitutiva global anteriormente apresentado pela relatora Deputada Ana Campagnolo, sendo concedida vista em gabinete ao Deputado Jessé Lopes. O Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0119.4/2021, de autoria da Deputada Paulinha, que institui a política estadual de turismo de base comunitária e adota outras providências, exarou parecer pela aprovação da matéria, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete aos Deputados Sargento Lima e Jerry Comper. O Deputado Silvio Dreveck relatou o PL./0093.0/2021, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, que cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia - RodoSC, de incentivo à participação dos usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado e adota outras providências, exarou parecer pela rejeição do projeto, que, posto em discussão, foi concedida vista em gabinete ao Deputado Jerry Comper. O Deputado Bruno Souza relatou o PL./0298.0/2021, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Irineópolis, exarou parecer pela aprovação do projeto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza devolveu vista sem manifestação ao PL./0296.9/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que assegura a presença de acompanhante em internação hospitalar de pessoa com deficiência, acometida de Covid-19, incluída a portadora de Transtorno do Espectro Autista (TEA), nas redes pública e/ou privada de saúde do Estado de Santa Catarina; o Presidente então colocou em discussão e votação o parecer favorável da relatora Deputada Luciane Carminatti, que foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Bruno Souza. O Deputado Jessé Lopes apresentou requerimento de diligenciamento referente ao PL./0324.7/2020, de autoria Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre os centros de saúde estética no Estado de Santa Catarina e adota outras providências; diligência externa à Associação Brasileira de Estética e Saúde Complementar (ABRAESC) e à Associação dos Esteticistas de Santa Catarina (ASSESC) e interno à Mesa da Assembleia Legislativa; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Deputado Bruno Souza devolveu sem manifestação seu pedido de vista em gabinete ao PL./0324.7/2020, de autoria Deputado Coronel Mocellin, que dispõe sobre os centros de saúde estética no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0279.8/2020, de autoria do Deputado Dr Vicente Caropreso, que acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 1º da Lei nº 17.694, de 2019, que “proíbe a produção de mudas e o plantio da 'Spathodea Campanulata', também conhecida como Espatódea, Bisnagueira, Tulipeira-do-Gabão, Xixi-de-Macaco ou Chama-da-Floresta e incentiva a substituição das existentes”, com o escopo de permitir o corte de árvores dessa espécie exótica, exarou parecer favorável ao projeto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0189.7/2021, de autoria do Deputado Jean Kuhlmann, que dispõe sobre a isenção de taxas e emolumentos para a expedição de segunda via dos documentos que especifica, a pessoas residentes no Estado de Santa Catarina, cujas moradias tenham sido afetadas por desastre natural, apresentou requerimento de diligenciamento à Secretaria de Estado da Casa Civil e ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. A Deputada Luciane Carminatti relatou o PL./0293.6/2021, de autoria da Deputada Dirce Heiderschidt, que dispõe sobre a instituição do Programa de Informações sobre as Doenças Autoimunes, no âmbito do Estado de Santa Catarina, apresentou requerimento de diligenciamento à Secretaria de Estado da Saúde e ao Conselho Estadual de Saúde, que, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Jéssica Camargo Geraldo, Secretária de Comissão Permanente, lavrei a presente ata que, após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão, será assinada pela Presidente e posteriormente publicada no Diário da Assembleia.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2021.

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ATOS INTERNOS**ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 350, de 6 de outubro de 2021**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

Art. 1º **DESIGNAR** à servidora **ANGELA APARECIDA BEZ**, matrícula nº 3072, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia de Seção – Apoio Administrativo, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 1º de outubro de 2021 (DG - ESCOLA DO LEGISLATIVO).

Art. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, enquanto estiver no exercício de função de confiança, o servidor não perceberá adicional de exercício.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000017820-6

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 351, de 6 de outubro de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR do Ato da Mesa nº 318, de 08 de setembro de 2021, a servidora **MARI ANGELA PAULI CUSTODIO**, matrícula nº 1592, a contar de 1º de outubro de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000014498-0

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 352, de 6 de outubro de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor **DANIEL ADRIANO MAFRA**, matrícula nº 7275, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, como membro do Grupo de Trabalho – Promover estudos, proposição de ações e estratégias voltadas à implementação de um processo legislativo eletrônico no âmbito da ALESC, atribuindo-lhe a gratificação de exercício no valor equivalente a PL/FC-3, a contar de 1º de outubro de 2021.

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000014498-0

———— * * * ————

ATO DA MESA Nº 353, de 6 de outubro de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR JOSE AIRTON STANG, matrícula nº 11029, servidor do Executivo – Secretaria de Segurança Pública, à disposição da ALESC, do cargo de Controlador-Geral Adjunto, código PL/DAS-8, a contar de 4 de outubro de 2021 (GP – CONTROLADORIA-GERAL).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000018153-3

— * * * —

ATO DA MESA Nº 354, de 6 de outubro de 2021

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nºs. 001 e 002, de 11 de janeiro de 2006, e suas alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR JOSE AIRTON STANG, matrícula nº 11029, servidor do Executivo - Secretaria de Segurança Pública à disposição da Assembleia Legislativa para exercer o cargo de provimento em comissão de Controlador-Geral, código PL/DAS-8, a contar de 4 de outubro de 2021 (GP - CONTROLADORIA-GERAL).

Deputado **MAURO DE NADAL** - Presidente

Deputado Ricardo Alba - Secretário

Deputado Rodrigo Minotto - Secretário

Processo SEI 21.0.000018153-3

PORTARIAS**PORTARIA Nº 1691, de 5 de outubro de 2021**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **ISABELLE DE SOUZA ROSA**, matrícula nº 9427, de PL/GAB-49 para o PL/GAB-57 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de outubro de 2021 (GAB DEP RICARDO ALBA).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000018213-0

— * * * —

PORTARIA Nº 1692, de 05 de outubro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **JOAO PEDRO JUNIOR RABELLO**, matrícula nº 10908, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de outubro de 2021 (GAB DEP FELIPE ESTEVÃO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000018325-0

PORTARIA Nº 1693, de 05 de outubro de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 024/2021.

Matr	Nome do Servidor	Função
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Pregoeiro
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro substituto
6339	ALLAN DE SOUZA	Equipe de Apoio
6305	RODRIGO MACHADO CARDOSO	
11063	ANGELO TEIXEIRA RODRIGUES	
2016	CARLOS HENRIQUE MONGUILHOTT	
3709	ADRIANO LUIZ DE CAMPOS	

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000018095-2

PORTARIA Nº 1694, de 05 de outubro de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do(a) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc.SEA nº
1438	LAERCIO ARCENO CORREA	60	05/10/2021	8770/2021

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000018295-5

PORTARIA Nº 1695, de 05 de outubro de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a(o) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
2157	JOAO FULVIO FURTADO VIEIRA	13	29/09/2021	7052/2021

Luiz Alberto Metzger Jacobus
Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000018201-7

PORTARIA Nº 1696, de 05 de outubro de 2021

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

ART.1º **DESIGNAR** a servidora **RENATA BRESCIANI**, matrícula nº 7177, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de GERÊNCIA - CONTROLE E ATUALIZAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, TULIA DE FREITAS RIBEIRO, matrícula nº 2047, que se encontra em fruição de licença-prêmio, por 30 (trinta dias), a contar de 19 de outubro de 2021 (DL- COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO).

ART. 2º Com base no § 2º do art. 26 da Resolução nº 002/2006, por estar no exercício de função de confiança, no período, o servidor não perceberá o adicional de exercício.

Luiz Alberto Metzger Jacobus

Diretor-Geral

Processo SEI 21.0.000018183-5

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1697, de 05 de outubro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR JOAO PEDRO JUNIOR RABELLO, matrícula nº 10908, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de outubro de 2021 (LIDERANÇA DO PSL – CORREIA PINTO).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000018333-1

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1698, de 6 de outubro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **JOÃO FRANCISCO DA SILVA**, matrícula nº 10182, de PL/GAB-71 para o PL/GAB-64 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de outubro de 2021 (GAB DEP JERRY COMPER).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000018379-0

————— * * * —————

PORTARIA Nº 1699, de 6 de outubro de 2021

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR, a pedido, a servidora **BRUNA BORGES**, matrícula nº 9936, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de outubro de 2021 (LIDERANÇA DO PP).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 21.0.000018387-0

REQUERIMENTOS E OFÍCIOS**REQUERIMENTOS****REQUERIMENTO Nº 0035.9/2021**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 37 do Regimento Interno, **REQUEREM** a constituição de Comissão Mista com a finalidade de analisar e **propor ao Poder Executivo os reajustes salariais para as carreiras do funcionalismo público estadual**, assim como a revisão dos Planos de Carreira e Vencimentos.

A presente Comissão Mista, com o prazo máximo de funcionamento de 60 (sessenta) dias, será composta por 7 (nove) membros e integrada pelas seguintes Comissões:

- 1 - Comissão de Constituição e Justiça (3 membros);
- 2 - Comissão de Finanças e Tributação (2 membros); e
- 3 - Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (2 membros).

A formação dessa Comissão é necessária para que a Assembleia Legislativa construa, conjuntamente com o Governo do Estado, propostas de valorização das carreiras de servidores públicos estaduais que ainda aguardam o atendimento de suas demandas.

Por fim, reiteramos a necessidade de celeridade na formação, instalação e funcionamento dessa importante Comissão para que possamos valorizar os servidores públicos das diversas carreiras que compõem o Poder Executivo, sem comprometer a situação fiscal do Estado.

Sala das Sessões,

Deputado **Milton Hobus**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Deputado **Volnei Weber**

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

Lido no expediente

Sessão de 05/10/21

— * * * —

REQUERIMENTO Nº 0036.0/2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
REQUERIMENTO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no *caput* do art. 40 do Regimento Interno, **requerem** a constituição da **Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores no Comércio**, com o objetivo de discutir amplamente a necessidade do aprimoramento de uma legislação pertinente, assim como debater os efeitos da reforma trabalhista nas relações de trabalho, sancionada em 13 de julho de 2017, e também as situações difíceis diante do quadro da pandemia da COVID - 19.

Sala das Sessões,
Deputado Adrianinho
Deputado Fabiano da Luz
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Neodi Saretta
Deputado Rodrigo Minotto

TERMO DE ADESÃO

Os Deputados que este subscrevem, com amparo no art. 40, § 2º, do Regimento Interno, manifestam sua adesão à **Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores no Comércio**, com o objetivo de discutir amplamente a necessidade do aprimoramento de uma legislação pertinente, assim como debater os efeitos da reforma trabalhista nas relações de trabalho, sancionada em 13 de julho de 2017, e também as situações difíceis diante do quadro da pandemia da COVID - 19.

Sala das Sessões,
Deputado Adrianinho
Deputado Fabiano da Luz
Deputada Luciane Carminatti
Deputado Neodi Saretta
Deputado Rodrigo Minotto

Lido no expediente
Sessão de 05/10/21

OFÍCIOS**OFÍCIO Nº 0154.3/2021**

Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública a Associação do Colégio São Paulo, de Ascurra.

Maria Elena Faggiani Tomio
Diretora Executiva

Lido no Expediente
Sessão de 05/10/21

* * *

OFÍCIO Nº 0155.4/2021

Solicita a alteração da Lei que declara de utilidade pública o Instituto de Reabilitação do Potencial Humano, de Joinville.

Valdete Viemes
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 05/10/21

REDAÇÃO E RELATÓRIOS**REDAÇÃO FINAL****REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 032/2019**

Dispõe sobre o uso do nome afetivo de crianças e adolescentes, sob guarda provisória concedida em processo de adoção, nos cadastros das instituições de ensino, de saúde e de cultura e lazer, no período que antecede a extinção do poder familiar originário.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido o uso do nome afetivo de crianças e adolescentes, sob guarda provisória concedida em processo de adoção, nos cadastros das instituições de ensino, de saúde e de cultura e lazer, no período que antecede a extinção do poder familiar originário.

Parágrafo único. As instituições de que trata o *caput* deste artigo compreendem:

I – creches e escolas públicas e privadas;

II – unidades de saúde, públicas e privadas, e consultórios; e

III – bibliotecas, clubes, colônias de férias e academias, bem como todos os espaços direcionados para cultura e lazer.

Art. 2º O cadastro das instituições de ensino, de saúde e de cultura e lazer deverá ser preenchido com o nome afetivo em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado somente para fins administrativos.

Parágrafo único. O preenchimento do cadastro com o nome afetivo deverá ser solicitado às respectivas instituições pelo responsável legal da criança e/ou do adolescente, mediante a apresentação de documentos que comprovem o processo de adoção em curso, sendo anotado e respeitado o sexo biológico registrado na Certidão de Nascimento.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, o nome afetivo é a designação pela qual a criança e o adolescente são identificados durante a guarda provisória da nova família, o qual pretendem tornar definitivo após a conclusão do processo de adoção, com alteração da certidão de nascimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de setembro de 2021.

Deputado **Milton Hobus**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

EDITAIS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2021

Nº DA LICITAÇÃO NO SISTEMA LICITAÇÕES-E: 899316

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de produção e transmissão de sinais digitais de TV para a TVAL e de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de produção e transmissão de sinais digitais de rádio para a RÁDIO AL, ambas incluindo locação, instalação de equipamentos, manutenção contínua e fornecimento de mão-de-obra especializada, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos.

DATA: 19/10/2021 - **HORA:** 08:45h

ENTREGA DOS DOCUMENTOS: Deverá ser encaminhada via sistema do Banco do Brasil site (www.licitacoes-e.com.br) nº 899316 até o dia 19 de outubro de 2021 às 08:45h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br/licitacao) ou na Coordenadoria de Recursos Materiais, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, no 8º, Sala 804 - Centro – Florianópolis/SC. Florianópolis/SC, 04 de outubro de 2021.

Rafael Batista dos Santos

Coordenador de Licitações e Contratos

